

“DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: Giorgia Meloni e a política emotiva como estratégia da extrema direita italiana

Fernanda Di Flora*
João Carlos Soares Zuin**

O artigo analisa a ascensão de Giorgia Meloni como principal liderança da extrema direita italiana, destacando a articulação entre protagonismo feminino e conservadorismo tradicional, fundamentado na defesa da família, do cristianismo e na rejeição do que é interpretado como “degeneração” cultural da modernidade globalizada. Examina-se o processo de transformação política iniciado nos anos 1990, marcado pela reconfiguração partidária e pela emergência de novos atores que empregam estratégias populistas baseadas em narrativas e apelos emocionais. A trajetória de Meloni, do Movimento Social Italiano à criação do partido Irmãos da Itália, evidencia a construção de uma liderança combativa e comunicativa que promove a feminização simbólica do partido sem alterar suas bases conservadoras, reforçando políticas excludentes e processos de erosão democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Giorgia Meloni. Itália. Extrema-Direita. Gênero. Conservadorismo.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a emergência de Giorgia Meloni como principal liderança da extrema direita italiana no contexto das mutações pelas quais a política e o partido que a formou politicamente passou: a conversão do *Movimento Sociale Italiano* (Movimento Social Italiano-MSI), de raiz fascista, ao partido *Fratelli d'Italia* (Irmãos da Itália), que hoje governa o país. Meloni não apenas representa a primeira mulher que ocupa o principal cargo político na Itália, função historicamente desempenhada por homens, mas também simboliza a conquista do poder por um partido de extrema direita após cem anos do surgimen-

to do fascismo. Filiada desde a juventude ao MSI, Giorgia Meloni ascendeu politicamente mantendo-se fiel aos vínculos valorativos com seu passado político – a defesa da nação forte, da concepção de povo baseada na identidade étnica e nas tradições, a defesa intransigente da família tradicional e dos valores da religião cristã e, no plano simbólico mais significativo, a utilização da chama de três cores na representação do partido Irmãos da Itália.

Nosso principal interesse é analisar como Meloni conquistou a hegemonia política utilizando valores e ideias centrados na mulher, na família, na religião e na tradição, no contexto da sociedade capitalista globalizada e organizada há mais de quatro décadas por diversas manifestações do neoliberalismo. Nesse cenário, a líder italiana fez uso intensivo das mídias tradicionais e digitais para promover uma política emocional dirigida a uma população afetada pela queda do nível de vida, pela precarização do trabalho, pela instabilidade e pelo endividamento, sintetizando o que Luciano Gallino (2014) denominou “vida adiada” – expressão que traduz as frustrações e angústias de milhões de italianos.

* Universidade Tecnológica do Paraná. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Departamento de Ciências Humanas e Sociais (UTFPR-LD). Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOC). Av. João Miguel Caram, 731. Pioneiros. Cep: 86036-700. Londrina – Paraná – Brasil. fernandagarcia@professores.utfpr.edu.br <https://orcid.org/0000-0003-4997-8651>

** Universidade Estadual Paulista – Unesp. Faculdade de Ciências e Letras. Departamento de Ciências Sociais. Rodovia Araraquara-Jaú, km 1. Campos Ville. Caixa Postal 174. Cep:14.800-901. Araraquara – São Paulo – Brasil. joao.cs.zuin@unesp.br <https://orcid.org/0000-0003-2397-3422>

Na primeira seção, discutimos as transformações da política italiana e da forma partido a partir dos anos 1990, situando o fenômeno Meloni no quadro mais amplo de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais associadas à passagem do capitalismo industrial e nacional para o capitalismo neoliberal e globalizado. Na segunda seção, para apreender a transformação da forma partido no contexto do caso analisado e a emergência de Giorgia Meloni no cenário italiano, relacionamos sua trajetória à história das mutações do partido no qual se constituiu politicamente, o MSI. Destacamos tanto o movimento interno, que promoveu a abertura, ainda que limitada, à presença feminina no partido, quanto externo, de mobilização em direção ao eleitorado feminino. Argumentamos que, embora tenha havido ajustes na forma, os valores conservadores fundamentais permaneceram inalterados.

Do ponto de vista metodológico, recorreremos à análise dos documentos históricos dos partidos acima referidos, tais como manifestos de fundação, circulares, material de campanha e propaganda, e, sobretudo, a investigação do sentido e do significado dos discursos proferidos publicamente por seus principais expoentes nos meios de comunicação digital e em comícios, de modo a identificar qual o papel atribuído às mulheres e sua militância no partido e na política, bem como a visão sobre o modelo de família, povo e pátria defendido historicamente em seus programas políticos. A partir desse material, discutimos em que medida Giorgia Meloni se aproxima ou se distancia dessas pautas históricas, defendendo que a chamada “feminização” da extrema direita italiana oculta a permanência de uma matriz essencialmente conservadora no que diz respeito aos papéis de gênero. Nesse sentido, analisamos o significado dos valores atribuídos à mulher, à família e à tradição em seus discursos e em sua autobiografia, evidenciando o caráter instrumental e contraditório dessas formulações.

A complexidade do cenário que culminou com a vitória eleitoral de Meloni na elei-

ção de 2022 demonstra a importância da perspectiva de gênero nos estudos sobre a extrema direita, no campo das análises que articulam as tendências antidemocráticas às reações contra os valores políticos que defendem a universalidade dos direitos sociais, tendo como foco a questão de gênero na política. Examinamos, assim, como a naturalização dos papéis de gênero e a mobilização da agenda contra a chamada “ideologia de gênero” foram centrais na batalha cultural e política de defesa da “nação” contra supostas ameaças da globalização econômica e cultural. Essa retórica também se vincula à ideia de preservar uma família “natural” e “ferida” pelas novas formas de identidade e convivência, bem como a um povo ameaçado de “substituição” e desaparecimento (Meloni, 2021).

A hipótese que orienta o trabalho é a de que embora Giorgia Meloni represente uma novidade no cenário político italiano, pelo fato de ser uma mulher ocupando o cargo mais importante do executivo em um país tradicionalmente marcado pelo machismo e, frequentemente, pela misoginia, a sua plataforma política não comporta inovação, uma vez que ecoa e reproduz valores e pautas historicamente defendidas pelas legendas da extrema direita italiana, sobretudo aquelas no interior dos quais a própria Meloni construiu sua trajetória política, da juventude no MSI até a criação do partido Irmãos da Itália. Argumentamos, assim, que ao menos no caso italiano, o protagonismo de uma liderança feminina não se traduz em maior compromisso com a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, com o reconhecimento da diversidade de formas de vida e concepções de mundo, ou com a promoção da igualdade efetiva entre as pessoas. Pelo contrário, Meloni se insere no campo das forças sociais e políticas que promovem processos regressivos e conservadores que aprofundam o estado de *desdemocratização* (Brown, 2019; Biroli, 2020; Urbinati, 2020). Destacamos, a partir da análise do caso italiano, que a emergência do *homonacionalismo* e do *femonacionalismo* é uma expressão da apropriação de-

turpada do feminismo com fins racistas (Puar, 2013; Farris, 2017). Encerramos o artigo analisando os impactos sociais do discurso político de Meloni, que contribui para a normalização, na Itália contemporânea, do racismo, da intolerância, da indiferença, da linguagem de ódio e da violência política.

AS METAMORFOSES DA POLÍTICA E DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA SOCIEDADE CAPITALISTA DO SÉCULO XXI

“Outros tempos! outros pássaros! Outros pássaros, outros cantos!”

Heinrich Heine, Atta Troll.

A década de 1990 marcou o início de grandes transformações na sociedade capitalista e, em particular, na política italiana. O colapso do sistema partidário tradicional, precipitado pela Operação Mãos Limpas, levou ao desaparecimento das grandes forças que haviam estruturado a vida política e social da Itália no pós-guerra, entre elas a Democracia Cristã e o Partido Comunista Italiano – partidos que protagonizaram a redação da Constituição de 1948 e a reconstrução democrática do país após o fascismo. O declínio vertiginoso do prestígio dessas organizações de massa abriu espaço para novas forças políticas e sujeitos emergentes, como a Aliança Nacional, a Liga Norte e o empresário Silvio Berlusconi. Esses atores, canalizando a indignação moral e o descontentamento popular, atacaram frontalmente o establishment político e as elites tradicionais, ao mesmo tempo em que deslocaram o debate público para novas questões próprias do capitalismo financeiro globalizado: a hostilidade contra imigrantes, as disputas em torno das identidades de gênero, as reivindicações de grupos sociais minoritários e a revitalização do nacionalismo. Nesse contexto, o historiador italiano Luciano Canfora publicou em

2021 o livro *“A Metamorfose”*, no qual expôs, a partir do exemplo do Partido Comunista Italiano (PCI), o sentido e significado das diversas mutações que ocorreram na forma partido no curso do século XX. Partindo de sua fundação em 1921, Canfora analisou as diversas transformações nos valores, nas ideias, nos programas e nos projetos políticos que culminaram com o ocaso do partido em 1991 e a criação do novo partido denominado Partido Democrático de Esquerda que, em um curto espaço de tempo, sofreu uma nova *metamorfose* e, no ano de 2007, assumiu a forma atual denominada Partido Democrático. O autor problematiza uma fundamental questão que acompanha a história da política e dos partidos políticos na modernidade: com o passar do tempo, o contexto histórico no qual uma força política foi criada e se desenvolveu deixa de existir, dificultando a transmissão intergeracional das experiências, memórias e valores que outrora orientaram a ação coletiva.

Desde a última década do breve século XX (Hobsbawm, 1995), assistimos o avassalador processo que acelerou mutações e metamorfoses e que produziu o ocaso dos grandes partidos políticos de massa que organizavam a sociedade capitalista nacional e industrial. O declínio dos partidos políticos comunistas e socialistas, democratas cristãos, sociais-democratas marca o esvaziamento das importantes funções morais e intelectuais realizadas pelos partidos, que alfabetizavam histórica e politicamente os indivíduos e cidadãos, formavam consciência de classe ativa nos conflitos econômicos e políticos, bem como geravam força social e política capaz de criar projetos para o futuro da nação. O esvaziamento dos grandes partidos políticos impactou, radical e profundamente, a forma e o conteúdo da política na nova ordem social e mundial construída na hegemonia econômica, política e cultural do capitalismo neoliberal, tecnológico, financeiro e globalizado. No contexto do avanço da racionalidade neoliberal, não apenas a forma partido foi profundamente alterada, como a própria

democracia, seja em sua versão liberal ou naquelas mais radicais e progressistas que pautavam as lutas por igualdade, liberdade e governo popular, conforme destaca Wendy Brown nas suas obras sobre a desdemocratização:

Em um século carregado de ironias políticas, talvez não haja uma maior do que esta: ao final da Guerra Fria, enquanto os especialistas proclamavam o triunfo mundial da democracia, desencadeava-se uma nova forma de razão governamental no mundo euroatlântico, que inauguraria a demolição conceitual da democracia e sua evisceração substantiva (Brown, 2015, p. 05).

Outras significativas metamorfoses na política foram realizadas no final do século XX: o desaparecimento de diversos partidos políticos devido à lei eleitoral majoritária e da cláusula de barreira (a existência dos partidos condicionada ao resultado nas eleições); a força persuasiva da retórica da antipolítica; as novas formas de comunicação política possibilitada pelas redes sociais digitais; a valorização do poder executivo e a desvalorização do poder legislativo; a verticalização da política na figura do líder; a construção política do consenso através da exploração e instrumentalização das paixões e das emoções; a campanha eleitoral permanente realizada diariamente nas postagens nas redes sociais digitais (*Facebook, Twitter, Instagram, Telegram, TikTok*). No contexto histórico da crise da forma partido e das metamorfoses políticas, a Itália foi o notável “laboratório” no qual se manifestaram e foram testados a eficiência de novos sujeitos políticos que devem promover a governança e administrar o estado de crises econômicas, políticas e sociais permanentes e redesenhar os fundamentos do projeto constitucional de 1948.

A afirmação da Itália como o principal “laboratório” da política contemporânea foi realizada por autores como Mastropaolo (2005), Tarchi (2015), Diamanti e Lazar (2018), Mounk (2023), que analisaram diversos processos a partir dos quais emergiram novas figuras políticas que manifestam novas formas de linguagem, comunicação e estética social, na busca

por distinção e conquista do consenso nas eleições. No decorrer da última década do século XX, a figura do político tradicional, formado lentamente nas fileiras de partidos de massa, deu lugar a novos protagonistas que encarnam diferentes formas da política contemporânea: o antipolítico (como Umberto Bossi, líder do partido Liga Norte), o empresário bilionário (Silvio Berlusconi), o neopopulista que reivindica ser o único representante legítimo do povo contra as elites (Matteo Salvini), o jovem reformador (Matteo Renzi, do Partido Democrático), o artista de sucesso convertido em líder (Beppe Grillo, do Movimento 5 Estrelas), o especialista econômico e o tecnocrata (Mario Monti e Mario Draghi, indicados sem mandato eleitoral) e, por fim, a mulher forte que reafirma valores tradicionais (Giorgia Meloni, fundadora e líder do Fratelli d’Italia).

Desde a década de 1990, podemos observar um persistente processo político que atinge os valores e princípios da Constituição de 1948, em especial, a justiça social, a universalidade dos direitos sociais e econômicos, a responsabilidade social das empresas, a base moral e política do Estado fundada no reconhecimento do valor do trabalho e da dignidade da vida dos cidadãos. É importante destacar, contudo, que no laboratório político italiano não apenas as forças de esquerda sofreram profundas metamorfoses; as forças de direita também se transformaram sob os impactos do capitalismo neoliberal, tecnológico, financeiro e globalizado. Enquanto os partidos de esquerda enfrentam sérias dificuldades para formular projetos políticos consistentes, capazes de responder aos problemas estruturais do capitalismo contemporâneo – a circulação global de capitais sem controle político, o desemprego persistente, a precarização do trabalho, a aceleração tecnológica que reconfigura profissões e relações sociais, a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores (Gallino, 2023; Brancaccio, 2022), o fenômeno migratório e suas tensões correlatas –, os partidos de direita realizaram sucessivas metamorfoses que lhes garantiram

expressivos sucessos eleitorais em diferentes contextos nacionais. O deslocamento de votos da esquerda para a direita tornou-se, assim, um dos fenômenos sociais e políticos mais relevantes do século XXI. Nesse quadro, destaca-se o caso da Liga Norte, surgida no início da década de 1990. O partido soube explorar com êxito a conjuntura de desagregação partidária gerada pela Operação Mãos Limpas, construindo plataformas políticas em linguagem simples e acessível ao eleitorado médio. Desde então, a Liga Norte, sob a liderança de seu fundador Umberto Bossi, tem utilizado uma retórica sexista, racista, agressiva e vulgar em seus discursos. Nesse sentido, Bossi desenvolveu uma estratégia comunicativa que, por um lado, rompeu com o decoro e os ritos da política tradicional e, por outro, adotou uma linguagem clara, simples e popular, muitas vezes utilizando dialetos regionais. Essa abordagem sarcástica e vulgar é frequentemente hostil e agressiva contra todos aqueles considerados inimigos, um comportamento impróprio e grotesco, mas que aparece aos seus simpatizantes como “autêntico”, “espontâneo” (Dematteo, 2011, p. 12).

Na era das crises sociais permanentes, a construção do consenso político extrapolou as técnicas tradicionais de marketing eleitoral. O que Giovanni Sartori (1998) denominou de era do *homo videns* – em que a percepção da realidade social era moldada pela televisão, capaz de manipular informações e censurar conteúdos, ao mesmo tempo em que criava uma cultura política baseada na performatividade da imagem – foi tecnologicamente superado pela difusão das redes sociais digitais. Como observa Dal Lago (2017), essas plataformas constituem hoje o ambiente central da política contemporânea. Assim, se para Sartori o problema residia na inversão entre o sensível e o inteligível, no contexto digital a manipulação das emoções adquire dimensão ainda mais capilar e penetrante. A formação da opinião pública ocorre mediante a mobilização permanente de afetos como raiva, ódio, ressentimento e indignação moral (Illouz, 2022; 2024),

sempre ancorada na temporalidade imediata dos acontecimentos e na dramatização das crises sociais. No cenário contemporâneo, a lógica comunicativa neoliberal contribuiu para moldar indivíduos atomizados, concebidos como sujeitos responsáveis por construir a si mesmos, adaptar-se rapidamente às mudanças e agir apenas por vontade pessoal, sem vínculos sólidos e permanentes. Nessa dinâmica, a razão neoliberal redefine os sentidos da democracia e do espaço público, convertendo-os em termos econômicos. Como afirma Wendy Brown, emerge a figura do *homo oeconomicus* (2015, p. 6), que traduz o esvaziamento da cidadania e a privatização da vida coletiva. A comunicação política contemporânea dirige-se, portanto, a um cidadão reduzido ao papel de espectador, mobilizado apenas por interesses particulares, típico da era da “epidemia de narcisismo” (Twenge; Campbell, 2010), na qual as instituições democráticas perdem legitimidade e relevância.

No curso de três décadas de capitalismo neoliberal e globalizado, observamos o paradoxal fenômeno que conduz indivíduos expostos à competição extrema e ao risco permanente de marginalização a buscar segurança na figura do líder forte, capaz de restaurar a ordem e oferecer proteção. Esse fenômeno atualiza, em novos moldes, a análise clássica de Gustave Le Bon em *Psicologia das massas* (1895), elaborada à sombra das crises que precederam a guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris. Para Le Bon, a função essencial do “condutor das massas” consiste em criar a fé – religiosa, política ou social –, seja em uma obra, em uma pessoa ou em uma ideia, operação que se realiza mediante “o poder das palavras associado às imagens que evocam” (Le Bon, 1919, p. 99 e 84).

O estado de crise permanente vivido pela Itália desde a década de 1990 favoreceu o surgimento de lideranças políticas que passaram a encarnar, em suas palavras e gestos, a personalização da política, mobilizando uma retórica centrada na exaltação da força pessoal como recurso para restaurar a ordem social,

bem como na defesa de um ideal de sociedade e de nação conservador e tradicionalista. Nesse contexto, a figura política que mais êxito alcançou no cenário contemporâneo apresenta-se, paradoxalmente, sob a forma de uma liderança feminina: Giorgia Meloni. Em trajetória ascendente desde 2018, quando seu partido obteve apenas 4% dos votos, Meloni emergiu como a principal força política italiana nas eleições de 2022, conquistando 26% da preferência eleitoral. A coalizão por ela liderada, composta pela Liga, sob a liderança de Matteo Salvini, e pela Força Itália, então chefiada por Silvio Berlusconi, alcançou cerca de 43% dos votos. Se, por um lado, a consolidação da extrema direita no país não representa surpresa, dada sua presença recorrente nos governos italianos ao longo das últimas três décadas, por outro, o fato de um partido diretamente associado à tradição fascista assumir o poder nacional pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial configura uma mudança de relevância histórica. Soma-se a isso a novidade de Giorgia Meloni ser a primeira mulher a ocupar a chefia do Executivo, derrotando tanto o líder da oposição, Enrico Letta, quanto os próprios parceiros de coalizão, Matteo Salvini e Silvio Berlusconi, figuras centrais da política italiana recente. Importa ainda destacar que, embora a emergência de lideranças femininas em partidos conservadores e de extrema-direita componha um fenômeno transnacional (Fernandez; Solis, 2022), o êxito eleitoral de Meloni supera, até o presente momento, o alcance de outras lideranças femininas do mesmo espectro político, como Marine Le Pen na França e Alice Wiedel na Alemanha.

No curso da campanha eleitoral de 2022, Meloni e seu partido mobilizaram a valorização do protagonismo feminino, mas fazendo referência a uma identidade feminina de tipo tradicional, vinculada à posição no interior da família “natural” e tradicional: da mulher como mãe dedicada, como filha atenciosa, como irmã companheira. Conforme destacam Fernandez e Solis, “a família tradicional, tão

reivindicada pelo ecossistema reacionário, reaparece como a instituição que garante o bom governo, tanto em um sentido moral quanto econômico” (2022, p. 16). Meloni articula, simultaneamente, uma visão supostamente modernizadora e o apego aos valores tradicionais como mecanismo de ampliação de seu alcance eleitoral. Nesse sentido, a ênfase no papel feminino funciona como expediente político destinado a atenuar e reconstruir a imagem extremista historicamente associada ao partido e à própria trajetória da líder. Esse movimento revela uma contradição central: a ascensão de uma liderança feminina que se consolida no interior de uma tradição política caracterizada pelo culto ao herói, à virilidade, à força masculina, à hierarquia e ao comando pessoal. Um exemplo eloquente dessa retórica emotiva encontra-se no discurso proferido por Meloni em Marbella, a convite do partido espanhol Vox:

Reencontrem a si mesmos e defendam os verdadeiros valores que nos permitem existir! Agora, não há mais tempo para pensamentos débeis, não podemos perder tempo com compromissos que sempre prejudicam o povo, de permanentes mediações que querem nos tornar todos iguais e que debilitam as nossas nações. Este é o momento da tomada de decisões claras. Há 530 anos a tomada de Granada pôs fim à Reconquista e a Andaluzia se tornou espanhola e a Europa voltou a ser cristã. Atualmente, o laicismo de esquerda e o radicalismo islâmico ameaçam as nossas raízes. Há 530 anos, o italiano Cristóvão Colombo partia de um porto andaluz para descobrir às Américas. Atualmente, querem derrubar estátuas dedicadas a ele e cancelar nossa história europeia, cristã, ocidental (Meloni, 2022, p. XX).

Na lógica discursiva que sustenta a política emotiva de Giorgia Meloni, as questões do tempo presente não são abordadas de modo analítico ou histórico-causal, mas mobilizadas como recursos retóricos para justificar a necessidade de uma política de força, capaz de identificar e combater inimigos externos e internos, de defender um povo supostamente destituído de suas raízes e identidades, de proteger uma nação percebida como fragmentada e heterogênea e, por fim, de restaurar a

Itália à condição de potência internacional no século XXI. Como já advertira Le Bon (1919), a eficácia política não reside na demonstração racional ou na verificação empírica da veracidade dos argumentos, mas na força performativa das palavras e das imagens, que devem ser capazes de congregiar indivíduos em torno de uma fé – seja ela religiosa, política ou social – e de projetar intervenções enérgicas próprias de um contexto de luta pela sobrevivência coletiva. No interior desse nacionalismo conservador, a política assume a forma de um combate permanente: trata-se de vencer e destruir os inimigos, reais ou imaginados. Nesse quadro, não há espaço para o diverso, para o diferente, para o estrangeiro, para o “outro” que não compartilhe a mesma identidade homogênea reivindicada pela retórica *melonista*. Tampouco se preserva a dimensão da política enquanto prática de mediação, de negociação e de composição de compromissos entre múltiplas forças sociais. A política, nesse horizonte discursivo, converte-se em guerra cultural e em disputa existencial.

Um elemento adicional confere maior densidade ao discurso emotivo: a constante evocação da urgência temporal. Para Meloni, “não há mais tempo”: ou prevalece a vitória do povo concebido como homogêneo e “verdadeiro”, ou a derrota será irreversível e total. Essa dramatização do presente, marcada pela dicotomia entre salvação e ruína, imprime ao discurso uma tonalidade apocalíptica, que intensifica sua força de mobilização emocional. Tal recurso, entretanto, não pode ser dissociado da trajetória político-partidária de Meloni, cuja formação remonta diretamente ao Movimento Social Italiano (MSI), herdeiro declarado da tradição fascista. É, portanto, à análise das mutações desse partido e de sua reconfiguração no cenário político contemporâneo que nos voltamos na seção seguinte.

OS ESCOMBROS DO FASCISMO: do Movimento Social Italiano ao Irmãos da Itália

O Movimento Social Italiano (MSI) foi fundado em 1946 por Giorgio Almirante, reunindo apoiadores e veteranos do fascismo. Durante toda a sua trajetória, o partido permaneceu nas margens do sistema político italiano, obtendo em média 5% dos votos, embora tenha concorrido de forma sistemática em todas as eleições do pós-guerra. Desde a origem, destacou-se pelo forte posicionamento anticomunista, pelo enfrentamento constante tanto com a Democracia Cristã quanto com o Partido Comunista Italiano e pela reprodução de símbolos e referências ao regime de Mussolini, como o logotipo da “chama”, mantido inclusive nas transformações posteriores do partido.

No que se refere à participação feminina, o MSI se estruturava em torno de uma rígida divisão dos papéis sexuais. Às mulheres cabiam funções vinculadas ao cuidado e ao espaço privado, enquanto os homens eram associados à força física, à capacidade de liderança e ao domínio da esfera pública. As militantes eram direcionadas a atividades assistencialistas – junto a crianças, idosos e veteranos de guerra – que reforçavam, de forma reiterada, a concepção de família tradicional, heteronormativa e a indissolubilidade do matrimônio, elementos centrais na ideologia do partido e diretamente relacionados às premissas do fascismo mussoliniano (Benadusi, 2021). Ainda que o partido reconhecesse a necessidade de contar com um setor feminino, esse espaço era concebido como secundário e subordinado. Em uma de suas circulares semanais, datada de maio de 1947, o MSI relata a ampliação do setor feminino do partido, indicando o perfil da militante desejável. O texto afirma:

não queremos sufragistas, nem politikeiras, nem tendenciosas, mas mulheres saudáveis física e sobretudo moralmente, com poucas ideias, porém claras, dispostas a obedecer e não comandar, criaturas leais, serenas, corajosas, modestas, que te-

nham aprendido na dor o valor da vida e o valor da compreensão e da solidariedade (...) as mulheres do MSI são e continuarão sendo simples colaboradoras (MSI, 1947, p. 10).

Essa concepção se manteve presente nas décadas seguintes, embora adaptada às novas conjunturas. No programa eleitoral de 1963, o partido passou a reconhecer a relevância do eleitorado feminino – que representava 54% do total – e também a presença das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, a retórica construída continuava subordinada à defesa de uma ordem patriarcal. Enquanto buscava se diferenciar de seus adversários, afirmava que o voto na Democracia Cristã não era expressão de “fé religiosa” e que o voto nos comunistas representaria uma ameaça à integridade moral das mulheres. Nesse enquadramento, apenas o MSI poderia assegurar uma ordem religiosa, patriótica e moral, sustentada pela família e por uma sociabilidade feminina em “equilíbrio perfeito” entre as funções profissionais e os papéis de esposa e mãe (MSI, 1963, p. 11).

Até a década de 1970, as mulheres não figuravam de forma significativa nos materiais de campanha do MSI, que privilegiavam imagens associadas à virilidade e à força masculina. Contudo, com o acirramento do debate em torno dos referendos sobre o divórcio e o aborto, as mulheres começaram a ganhar maior visibilidade, ainda que sempre sob uma ótica conservadora. O partido se posicionou contra a legalização do divórcio, concebido como uma ameaça à unidade familiar e à proteção das crianças italianas, e definiu o aborto como uma forma de homicídio, convocando as mulheres a se mobilizarem contrariamente às duas propostas. Nesse cenário, em 1976, jovens militantes do *Fronte della Gioventù* – braço juvenil do MSI –, juntamente com integrantes de outras organizações da extrema direita, lançaram a revista *Eowyn*, publicada bimestralmente até 1982. De acordo com a análise de Nicola Guerra (2022), a iniciativa expressava o desejo de renovação da comunicação política da juventude missina, ao mesmo tempo em

que oferecia às mulheres um espaço de afirmação enquanto produtoras de ideias e protagonistas de suas próprias demandas. Embora não se tratasse de uma publicação feminista nem especificamente voltada às mulheres, a revista possibilitava que elas dialogassem sobre diversos temas e se inserissem em debates que, tradicionalmente, lhes eram negados no interior do partido.

A despeito da manutenção de uma linguagem radicalmente ideológica, referendando, por exemplo, as posições sobre o aborto tais como defendidas pelo partido, as autoras da revista criticavam o próprio MSI, que em sua visão havia apartado as mulheres das discussões centrais da política, como se tais debates coubessem unicamente aos homens. Mas apesar de tais críticas, em entrevistas realizadas com cinco antigos militantes do MSI, Guerra destaca que a recepção da revista *Eowyn* pelos colegas foi positiva, de modo que a consideravam “como um elemento importante da obra de renovação em curso na direita, promovido pelas novas gerações” (2022, p. 306).

As pressões por mudanças na estrutura do partido e em suas pautas públicas também se manifestaram em novas formas de sociabilidade política, como os chamados “*campos hobbit*” (frequentado pela jovem militante Giorgia Meloni): encontros nos quais se reuniam para discutir política e temas como cultura, ecologia, música, entre outros. Não que tais demandas implicassem uma ruptura com a herança fascista, que nos documentos internos e jornais organizados pela juventude missina era constantemente evocada, mas referiam-se a um novo tipo de comunicação, buscando atingir o maior número possível de jovens e pessoas das diversas estratificações sociais. Mas a despeito de tais expectativas, as mudanças efetivas ainda tardaram a ocorrer, materializando-se apenas na década de 1990. A partir de 1992, com a emergência de um forte sentimento antipolítico oriundo sobretudo das consequências da Operação Mãos Limpas, vários partidos ou foram desacreditados ou desapare-

ceram do cenário político italiano, como foi o caso dos dois principais: a Democracia Cristã e o Partido Comunista Italiano, dando origem ao período conhecido como Segunda República. Nesse contexto, embora o MSI não tenha sido vinculado aos escândalos que deram origem à operação – aproveitando o momento para destacar esse fato – foi igualmente afetado, se vendo confrontado com a necessidade de adaptar seu discurso político em direção a uma versão mais moderada, democrática, com o objetivo de se tornar uma alternativa factível e captar o sentimento antipolítico emergente, convertendo-o em conquistas eleitorais (Ignazi, 2010). Ademais, as próprias normas eleitorais foram modificadas neste período, tanto em âmbito local quanto nacional. Foi introduzido o sistema majoritário, que impôs regras cada vez mais rigorosas para a sobrevivência dos pequenos partidos, resultando na extinção de muitos deles. Como consequência, o MSI teve que se distanciar de sua posição extrema no espectro político, *metamorfoseando-se*.

Graças sobretudo à atuação do então secretário do partido, Gianfranco Fini, a transformação do Movimento Social Italiano (MSI) em Aliança Nacional (AN) se concretizou no Congresso de Fiuggi, em 1995. Contudo, essa metamorfose foi, em grande medida, nominal: não houve enfrentamento entre correntes internas, a antiga elite dirigente permaneceu, e os fundamentos ideológicos do partido original continuaram presentes, ainda que reconfigurados em um conservadorismo menos radical, mais democrático e liberalizante. Para Marchi (2011, p. 710), o caminho traçado por Fini não significou uma revisão crítica e consciente do legado fascista, mas sim uma “liquidação instrumental” voltada à construção de uma identidade antifascista apenas aparente, a fim de conquistar novos eleitores. Piero Ignazi (2010, p. 23) reforça essa interpretação, destacando que a mudança foi assimilada como uma evolução quase natural, “uma pequena taxa a ser paga” para integrar plenamente o novo sistema partidário que emergia após o cataclismo de

1993-94. A própria simbologia da AN evidencia a continuidade: o novo logotipo preservou a chama tricolor e as iniciais “MSI” sob a nova denominação.

No que diz respeito ao papel das mulheres no partido, este também foi um período de novidades, ainda que tímidas. Na esteira do movimento de modernização e distanciamento do passado fascista, progressivamente candidaturas femininas foram lançadas, marcando o crescimento da representação feminina de direita, sobretudo ao longo da primeira década dos anos 2000, e sua participação institucional como vereadoras, deputadas, senadoras. Ainda que essa ampliação representasse um afastamento parcial da visão tradicional que restringia as mulheres à domesticidade, o programa do partido permaneceu ancorado em pautas conservadoras: defesa da lei e da ordem, endurecimento contra a imigração “ilegal” e alinhamento com a Igreja Católica em temas como a proibição do aborto e da união homoafetiva, como se observa nos documentos apresentados em Fiuggi.

Embora Fini fosse visto de modo geral como um político moderado, que teria conduzido a Aliança Nacional à centro-direita, afastando o partido da herança fascista, é possível identificar ambiguidades ou mesmo contradições em suas manifestações públicas e na própria propaganda impressa e visual do partido. Há a conciliação de estratégias elaboradas de modo a apresentar uma imagem moderna, laica e moderada do partido e de Fini para o público em geral, e outras direcionadas a um grupo específico, que, de modo mais ou menos explícito, “celebra ideias e valores do *Ventennio*, com o objetivo de tranquilizar um núcleo duro de ativistas de que o partido não havia traído sua identidade original” (Cheles, 2010, p. 233).

A defesa da família tradicional, por exemplo, foi recorrente durante as diversas campanhas da AN, em geral associadas ao pânico moral em relação às uniões homoafetivas e ao temor do aumento da população estrangeira no território italiano, frequentemente

caracterizada como “invasão” ou “substituição étnica”, sobretudo ao longo dos anos 1990, quando a Itália passou a receber números cada vez mais elevados de imigrantes e refugiados em seu território. Em 1998, Gianfranco Fini declarou em um programa de auditório: “se me perguntarem se uma pessoa abertamente homossexual pode ser professor, direi que não” (L’Unità, 1998, p. 07). Após as polêmicas que sucederam tais declarações, Fini respondeu dizendo que não possuía nenhuma dificuldade em assumir o que havia dito, e que “uma coisa é não discriminar os homossexuais, outra é reconhecer aos homossexuais o mesmo exercício dos direitos, sobretudo aqueles ligados à educação”, uma vez que, em sua perspectiva, trata-se de local importante de preservação dos valores fundamentais da nação.

Seguindo a mesma premissa, em 2003 o partido lançou um manifesto contra a proposta de lei que permitia a união civil entre casais do mesmo sexo, defendendo a proteção da família tradicional, heteronormativa, como pilar da sociedade italiana. Podemos perceber que a despeito dos esforços liberalizantes empreendidos pela AN, temas caros ao partido original (MSI) continuaram presentes nos discursos, campanhas e propostas políticas do partido. Assim, ainda que a Aliança Nacional buscasse transmitir uma imagem modernizada e liberalizante, elementos centrais do MSI – a defesa de valores tradicionais, o combate à diversidade sexual e à imigração – permaneceram na agenda do partido. Essa tensão entre inovação retórica e permanência ideológica marcou o percurso da AN até 2009, quando se uniu ao partido Força Itália de Silvio Berlusconi para formar o *Popolo della Libertà* (Povo da Liberdade). Mais uma vez, tratava-se de uma metamorfose organizacional, e, em 2013, após a dissolução do PdL, surgiria o partido Irmãos da Itália, liderado desde então por Giorgia Meloni.

OS IRMÃOS DE GIORGIA. A FEMINIZAÇÃO DA DIREITA E A PERSONALIZAÇÃO DO POLÍTICO NO PARTIDO IRMÃOS DA ITÁLIA

Giorgia Meloni nasceu em Roma em 1977 e se aproximou dos movimentos juvenis de direita durante sua adolescência, aderindo à seção jovem do MSI e, posteriormente, à Ação Estudantil da Aliança Nacional. Esse momento coincide com a Operação Mãos Limpas, e, segundo Meloni, foi decisivo para sua escolha de atuar politicamente, “o que significava unicamente reunir-se àqueles que considerava alternativa e modelo” de conduta (Meloni, 2021, p. 28), isto é, o MSI, o único partido que não estava envolvido nos escândalos do período, até por sua posição periférica no sistema político. Em suas palavras: “naquele verão de 1992 começou a batalha que ainda hoje conduzo” (Meloni, 2021, p. 29). As palavras escolhidas pela líder italiana não são, obviamente, neutras. Na esteira da metamorfose do partido e suas seções juvenis, Meloni sempre faz referência recorrente à luta, à batalha, à estratégia, em síntese, recorre a metáforas bélicas para qualificar sua afirmação de que a família, a pátria e a identidade religiosa estão ameaçadas e “sob ataque” (Meloni, 2021, p. 13).

Meloni afirma que a opção pela militância política naquele período atraía muitos jovens oriundos de famílias disfuncionais, que, assim como ela, buscavam um sentido de pertencimento no MSI. Não é por acaso que desde então Meloni vai considerar a filiação partidária a partir de uma dimensão afetiva, enquanto integrante de uma “nova família”, de modo que a maior parte dos filiados de seu partido atual, Irmãos da Itália, compartilha do mesmo contexto. Trata-se de mais um paradoxo que envolve as mutações ocorridas na forma do partido: ainda que Meloni afirme se tratar de espaço fundamental para constituição da subjetividade política, ela o faz a partir de uma perspectiva privada, *pessoalizada*. São os

laços afetivos, tal como aqueles constituídos no interior da família que importam, não um projeto político comum, ecoando o que Wendy Brown (2022) denomina como sendo uma “pulsão antipolítica, individualista” que tende a aprofundar a razão neoliberal.

No MSI, Meloni também assimilou elementos que atravessariam toda a sua trajetória: defesa da hierarquia, da meritocracia e do papel central do líder. Rejeitando políticas de ação afirmativa, recorre a uma espécie de darwinismo social que naturaliza desigualdades em nome do mérito individual. Em sua autobiografia, Giorgia Meloni afirma que o fato de ser mulher nunca a colocou em posição de inferioridade em relação aos colegas homens, mas, simultaneamente, destaca que sempre precisou se esforçar mais, se qualificar mais, para receber a mesma atenção dos demais. Ao mesmo tempo em que defende a necessidade de uma “educação para a coragem” (Meloni, 2021, p. 37), que teria vivenciado nos anos de militância juvenil, evoca como modelo fundamental para os jovens uma “educação espartana”, baseada na obediência, na disciplina, em uma vida comunitária estritamente hierarquizada, inspirada pelo livro “Portões de Fogo” de Steven Pressfield.

Aos 29 anos de idade, Meloni foi eleita como deputada pela primeira vez para o Parlamento italiano, representando a coalizão de centro-direita liderada por Berlusconi, e entre 2008 e 2011, atuou como Ministra da Juventude. Pouco tempo depois, em 2013, após a cisão do Pdl, Meloni fundou o partido Irmãos da Itália, que permaneceu marginal no sistema italiano até 2018, quando passou a crescer paulatinamente, atraindo sobretudo o eleitorado da Liga, do eleitorado eurocético e anti-imigração. Desde 2014, Meloni preside o partido e é sua principal porta-voz, tornando a sigla fortemente personalizada em torno de sua liderança.

Nesse contexto, um dos fatos que marcaram a ascensão meteórica de Meloni nos últimos anos ocorreu em outubro de 2019. Meloni, junto a Silvio Berlusconi, Matteo Salvini

e outros opositores que protestavam contra o governo Conte, proferiu as seguintes palavras, que passaram a marcar sua identidade política: “Eu sou Giorgia. Sou mulher, sou mãe, sou italiana, sou cristã. Não vão me tirar isso” (Meloni, 2021, p. 08). O discurso viralizou, especialmente após a produção de um remix com trechos de sua fala e popularizou a figura de Meloni, graças à sua rápida difusão através das mídias sociais. É a própria Meloni que afirma, em sua autobiografia publicada dois anos após esses eventos, que a difusão do seu slogan a transformou em “curioso fenômeno pop” (Meloni, 2021, p. 08), promovendo efeito contrário àquele esperado por seus detratores.

Em sua autobiografia, Meloni defende a força dos seus valores e ideias que formam o núcleo de sua plataforma política, mediante a exposição e explicação de suas experiências na família, no bairro, na cidade e na Itália. A publicização da esfera privada é notadamente uma estratégia política: a descrição das experiências pessoais serve para aproximar a líder política das pessoas comuns e dos problemas cotidianos, usando uma linguagem simples e direta, na qual compartilha elementos da sua vida familiar e da cultura pop experimentada na sua infância e juventude até a vida adulta. O mecanismo comunicativo efetuado por Meloni foi diagnosticado pelo linguista italiano Giuseppe Antonelli (2017) como o “paradigma da cópia mimética”, no qual o político utiliza as emoções, os *emologismos* (palavras e símbolos emotivos) para gerar uma imediata empatia com os indivíduos e cidadãos. A narrativa baseada em emoções e sentimentos, manifestações de sinceridade e autenticidade, facilita tanto a percepção da líder como uma pessoa igual a tantas outras, na fala e nos gestos, nos comportamentos e nas atitudes, como os mecanismos de identificação que colaboram na construção do consenso político baseado em sentimentos compartilhados.

Meloni e seu partido buscam construir narrativas que valorizam uma visão conservadora, tradicionalista, do indivíduo e da so-

cidade sob uma forma apenas aparentemente moderna. Na defesa da família tradicional, ela enfatiza que se trata de uma “luta”, “batalha” contra a “degeneração” cultural, social, política e moral que seria característica da sociedade globalizada. Nesse registro, Meloni defende a família tradicional como trincheira contra a “degeneração” cultural e moral da globalização. Contudo, o modelo que preconiza não corresponde à sua própria experiência pessoal: criada em um lar não convencional e mãe fora do matrimônio, insiste em um ideal heteronormativo que apresenta como único legítimo para o Estado. Para justificar, recorre a uma lógica utilitarista: o Estado deve apoiar apenas a família composta por homem e mulher casados, pois esta seria “útil” à sociedade ao garantir estabilidade social e reprodução demográfica:

não há nada de monstruoso ou inaceitável em defender a família fundada no casamento. E digo mais, acredito que não há nada de discriminatório em relação a outros tipos de união. Cada um é livre para amar quem quiser, obviamente, mas isso não tem nada a ver com as leis. Porque as leis de um Estado não regulamentam os sentimentos, e nem poderia ser diferente. O Estado tende a incentivar o que considera útil e necessário para melhorar o funcionamento da sociedade. Assim, nossos pais constituintes, que não eram fanáticos retrógrados, escolheram inserir na Constituição o chamado *favor familiae*, uma legislação dedicada a estimular, através de uma série de benefícios, a união sólida entre um homem e uma mulher. Por uma razão simples, que nada tem a ver com a esfera afetiva de cada um: porque ao Estado, a família formada por um homem e uma mulher que se casam é útil. Primeiro, como um amortecedor social, porque as instituições não poderiam suportar o peso de tudo o que a família garante. E, em segundo lugar, porque um homem e uma mulher que se unem em casamento quase sempre o fazem também com a intenção de ter filhos, e a sociedade precisa de filhos (Meloni, 2021, p. 105).

O discurso se materializou em ações políticas: entre 2014 e 2016, combateu o reconhecimento da união civil entre casais homoafetivos, participando de manifestações discriminatórias ao lado da Liga. Paradoxalmente, o

ano de 2016 foi o momento no qual Meloni foi alvo de violência simbólica, tanto por anunciar sua gravidez sem ser formalmente casada, quanto por disputar as eleições municipais nesta condição. No entanto, tais violências não a impediram de mobilizar a campanha contra a adoção de crianças por casais homoafetivos, utilizando fotos de casais e bebês reais.¹ Ainda assim, em diversas entrevistas e em sua própria autobiografia, Meloni destaca que se viu confrontada com o questionamento de suas capacidades políticas pelo fato de ser mulher e de estar grávida. Também ouviu de expoentes políticos que ela deveria ser mãe e não se preocupar com os buracos de Roma, afirmação feita inclusive por seu aliado, Silvio Berlusconi, para o qual uma gestante não deveria concorrer à prefeitura. Nesse momento, quem saiu em sua defesa foram pessoas como Beatrice Lorenzin, Matteo Renzi, Elena Boschi, Laura Boldrini, entre outras, integrantes de partidos de centro ou de esquerda, que Meloni tão frontalmente atacava.

Hoje, como primeira-ministra, Meloni se apresenta como mãe dedicada, mas comprometida com a vida pública, defendendo que maternidade e carreira são compatíveis – desde que sustentadas pelo esforço individual. Sua resposta à desigualdade de gênero é sempre o mérito e a resiliência, não políticas coletivas de transformação. Assim, instrumentaliza sua biografia de modo contraditório: quando convém, exalta sua trajetória individual como prova de superação; quando trata da família, projeta um modelo idealizado que nunca vivenciou.

De modo ambivalente, tanto hoje, ocupando o cargo institucional quanto ao longo de sua campanha de 2022, Meloni buscou feminizar uma ideologia tradicionalmente reconhecida pela valorização do culto da virilidade masculina (Garcia; Zuin, 2021). Para Barbie Nadau, em um país misógino como a

¹ Os constrangimentos a que as pessoas exibidas nas propagandas foram expostas, assim como o uso não autorizado das fotografias, levaram à condenação de seu partido em 2023.

Itália, marcado pelas altas taxas de feminicídio e violência de gênero, “a ascensão de Meloni pode ser atribuída em parte ao fato de que ela não é feminista” (2018, p. 18). Significa dizer que a ênfase no protagonismo feminino marca uma tentativa de renovar o discurso da extrema direita, com a presença de novas lideranças, como é o caso de Meloni. Mas trata-se de um reposicionamento marcado por contradições, ambiguidades e instrumentalização demagógica: ao mesmo tempo em que questiona os direitos sexuais e reprodutivos, se apropria de pautas do campo dos direitos das mulheres, seja para atacar imigrantes, racializando o sexismo, seja para defender um modelo de feminilidade e família que naturaliza os papéis sociais. Mobiliza, portanto, afetos capazes de estabelecer convergências entre demandas contraditórias.

São esses os elementos que podemos observar no discurso pronunciado por ocasião do encontro promovido pelo partido espanhol Vox na cidade de Marbella em 2022. Ali, Meloni reiterou a “batalha cultural” em termos binários quando, ao final do discurso, pronunciado em espanhol e acentuando estrategicamente as palavras sim e não, afirmou:

SIM à família natural, NÃO ao lobby LGBT, SIM à identidade sexual, NÃO à ideologia de gênero. SIM à cultura da vida, NÃO à cultura da morte. Sim à universalidade da cruz, NÃO à violência do islamismo. SIM às fronteiras seguras, NÃO à imigração de massa. SIM para o trabalho de nossa gente, NÃO à grande finança internacional. Sim à soberania dos povos, NÃO aos burocratas de Bruxelas. SIM à nossa civilização, NÃO para aqueles que nos querem destruir (Meloni, 2022, p. XX).

Além do discurso da líder do partido, o programa eleitoral de 2022 do Irmãos da Itália declarava que entre suas pautas principais estava a “defesa e promoção das raízes e identidade históricas e culturais clássicas e judaico-cristãs da Europa” (p. 03), mobilizando o recurso ao nativismo, que, segundo Cas Mudde, é uma característica fundamental da direita radical populista (2019). É possível observar que

o Irmãos da Itália consolidou-se como partido moldado pela liderança personalista de Meloni, capaz de mobilizar afetos e ressentimentos de segmentos diversos: trabalhadores precarizados, pequenos empreendedores em crise, aposentados temerosos e cidadãos inseguros quanto ao futuro. Na sua estratégia, a figura da mãe patriota convive com a face agressiva e xenofóbica da líder autoritária.

Paralelamente ao nativismo, a maternidade ocupa papel central no discurso da líder e seu partido. Embora reconheça a persistência do machismo e a baixa presença feminina na política, Meloni rejeita medidas institucionais de igualdade de gênero. Após assumir o governo, criou o “Departamento da Família e dos Valores Inegociáveis”, reafirmando a centralidade da família heteronormativa, a oposição ao aborto e à ideologia de gênero, bem como políticas de incentivo à maternidade. Embora reconheçam a força do machismo em seu país, a falta de representatividade das mulheres na política, Meloni e seu partido seguem refutando qualquer medida institucional voltada a combater estruturalmente tais desigualdades. Nessa esteira, entre as ações adotadas após sua nomeação como Primeira-ministra, Meloni criou o “Departamento da Família e dos Valores Inegociáveis”, coordenado pela deputada Maddalena Morgante. Entre os “valores inegociáveis”, encontramos novamente o modelo de família tradicional, heteronormativo, a condenação do aborto, a crítica à ideologia de gênero e a valorização da maternidade por meio de políticas afirmativas para as mães.

É importante observar a complexidade do debate sobre maternidade na Itália, no qual apenas 55% das mulheres entre 20 e 64 anos estavam ativas no mercado de trabalho em 2022. As mulheres que são mães se deparam com falta de estrutura como creches, escolas em tempo integral, falta de vagas nas escolas, entre outros. Além disso, prevalece uma percepção de que as mães precisam se sacrificar pelo bem-estar da família, mesmo quando esta mulher também está inserida no mercado de trabalho,

em geral nas esferas mais precarizadas e flexíveis. Nesse contexto, adicionado da queda das taxas de natalidade entre italianas, a proposta elaborada pelo partido de Meloni é incentivar a maternidade por meio de auxílio financeiro, deixando inalteradas as condições valorativas e estruturais através das quais se reproduz tanto a sua exclusão do mercado de trabalho quanto a ideia de que a mulher é a principal responsável pelos cuidados domésticos e familiares. Trata-se de uma proposta que reconhece que a maternidade sobrecarrega as mulheres enquanto libera os homens das atividades de cuidado, naturalizando, portanto, relações que são socialmente construídas.

Se, por um lado, a proposta do governo de Meloni responde a um problema histórico na Itália, ele o faz simplificando o debate sobre a importância da participação feminina no mundo do trabalho, despolitizando a questão. Significa dizer que ocorre a naturalização de determinado modelo de família quando na realidade em questão decorre de processos sociais, não é, portanto, uma formação espontânea: a família se modifica em consonância com as transformações sociais mais amplas. Nesse sentido, o enfoque excessivo na maternidade oculta o fato de que a desigualdade no mercado de trabalho afeta a todas as mulheres, sejam elas mães ou não, demandando soluções estruturais e de longo alcance que a ideologia do partido não parece vislumbrar. Observamos, portanto, que a visão de família e de maternidade encampada pelo partido Irmãos da Itália pouco se diferencia daquela historicamente defendida pelo MSI e suas diferentes denominações ao longo do tempo, o qual, inclusive, chegou a propor salários para o trabalho doméstico na década de 1990, sustentando a necessidade de garantir a “liberdade” para as mulheres escolherem se dedicar ao trabalho doméstico. Naquela ocasião, parlamentares do MSI chamavam a atenção para o declínio da importância da família decorrente das transformações econômicas, sociais e culturais e a necessidade de reconhecer a função essencial

das mulheres na família. *Mutatis mutandis*, a herança missina permanece ecoando nos valores, discursos e práticas de sua antiga militante e no seu atual partido.

Como aponta Marco Tarchi (2024), na trajetória política do MIS ao Irmãos da Itália, a extrema direita na Itália soube sair do isolamento político, mudar a forma e o conteúdo no vocabulário e na estética política e conquistar o consenso eleitoral através da comunicação direta que permite realizar a política em estado de campanha permanente nos meios de comunicação digital, através das batalhas culturais e identitárias que ressignificam a sociedade nacional em chave conservadora e étnica, contrária aos direitos e valores universais, intolerante e agressiva ao pluralismo.

CONCLUSÃO

A ascensão de Giorgia Meloni e do partido Irmãos da Itália não pode ser interpretada como uma ruptura em relação à tradição da extrema-direita italiana, mas como sua reinvenção. O percurso iniciado no MSI e reconfigurado ao longo das metamorfoses partidárias preservou os fundamentos ideológicos nacionalistas, conservadores e excludentes, ainda que sob formas discursivas renovadas. Nesse processo, Meloni consolidou uma liderança profundamente personalista, em que a sua biografia se converte em recurso político e comunicativo capaz de mobilizar afetos, ressentimentos e esperanças em diferentes segmentos sociais. A feminização da direita radical, de que Meloni é exemplo paradigmático na Itália, não significa abertura para pautas emancipatórias, mas sim a atualização estética e retórica de valores que reforçam desigualdades, naturalizam hierarquias e instrumentalizam a figura da mulher na defesa de uma ordem social tradicional.

No plano europeu, sua projeção como presidenta do grupo Reformistas e Conservadores Europeus insere a experiência italiana em uma rede transnacional de partidos de di-

reita populista, como Vox e Lei e Justiça, que compartilham a retórica do inimigo interno e externo, a desqualificação de direitos humanos universais e a promessa de restaurar valores “originais” da nação. Essa articulação mostra que o fenômeno Meloni não é isolado, mas parte de um movimento mais amplo de reorganização da extrema-direita no século XXI.

O governo de Meloni, ainda em curso, revela o risco de consolidação de um projeto de democracia restrita e hierárquica, que concentra poderes no Executivo e reduz a mediação política a um conflito permanente contra inimigos construídos discursivamente: os imigrantes, o Islã, a União Europeia, o movimento LGBT, o feminismo e o “politicamente correto”. Como lembram Burgio (2024) e outros analistas, as heranças do fascismo não desapareceram, mas emergem sob novas formas, adaptadas às condições atuais de crise social, insegurança econômica e desgaste institucional. Nesse laboratório político, assistimos à redução seletiva do Estado de bem-estar, ao reforço da família tradicional como pilar social, à normalização de práticas discriminatórias e ao enfraquecimento de valores constitucionais criados para impedir o retorno do autoritarismo. Portanto, o sucesso de Giorgia Meloni e dos Irmãos da Itália deve ser compreendido como a manifestação contemporânea de um projeto de extrema-direita que, ao mesmo tempo em que se feminiza e se moderniza em suas estratégias de comunicação, conserva intacto o seu núcleo excludente, autoritário e chauvinista. A permanência dessa lógica política – que vive da construção de inimigos, da exploração do medo e da exaltação de uma identidade homogênea – indica não apenas um desafio imediato à democracia italiana, mas também um sinal de alerta para a Europa e para todas as sociedades democráticas que hoje enfrentam a ascensão de forças semelhantes.

Recebido para publicação em 09 de janeiro de 2025
 Aceito para publicação em 14 de outubro de 2025
 Editor Chefe: Renato Francisquini Teixeira

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Fernanda Di Flora – Conceitualização. Investigação. Metodologia. Escrita- esboço original. revisão e edição.

João Carlos Soares Zuin – Conceitualização. Investigação. Metodologia. Escrita- esboço original. revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Os dados deste artigo podem ser obtidos mediante solicitação ao autor correspondente

REFERÊNCIAS

- ANTONELLI, Giuseppe. *Volgare eloquenza*. Roma: Laterza, 2017.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, F.; Machado, M.; VAGGIONE, J. *Gênero, Neoliberalismo e democracia*. Disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRANCACCIO, Emiliano. *Democrazia sotto assedio*. La politica economica do nuovo capitalismo oligarquico. Milano: Piemme/Mondadori Libri, 2022.
- BROWN, Wendy. *In the ruins of Neoliberalism: the ruse of Antidemocratic politics in West*. Nova York, Columbia University Press, 2019.
- BROWN, Wendy. El Frankenstein del neoliberalismo. Libertad autoritaria en las “democracias” del siglo XXI. In: FERNANDEZ, M. C.; SOLÍS (org.). *La reacción patriarcal: Neoliberalismo autoritario, politización religiosa y nuevas derechas*. [s.l.]: Bellaterra Edicions, 2022.
- BURGIO, Alberto. “Saluto al Duce!”. *Machina. Scatola nera*, 22 jan. 2024. Disponível em: <https://www.machina-deriveaprodi.com/post/saluto-al-duce>. Acessado em 31 jan. 2024.
- DAL LAGO, Alessandro. *Populismo digitale*. La crisi, la rete e la nuova destra. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2017.
- DEMATTEO, Lynda. *Lidiota in politica*. Antropologia della lega nord. Milano: Feltrinelli, 2011.
- DIAMANTI, Ilvo; LAZAR, Marc. *Popolocrazia*. La metamorfose delle nostre democrazie. Bari-Roma: Laterza, 2018.
- FARRIS, Sara R. *In the Name of Women’s Rights: The Rise of Femonationalism*. Durham: Duke University Press, 2017.
- FERNANDEZ, Marta. C.; SOLÍS, Cristina V. (org.). *La reacción patriarcal: Neoliberalismo autoritario, politización religiosa y nuevas derechas*. [s.l.]: Bellaterra Edicions, 2022.
- GALLINO, Luciano. *Vite rinciate*. Lo scandalo del lavoro precario. Roma: Laterza, 2014.
- GALLINO, Luciano. *Una civiltà in crisi*. Contraddizioni del capitalismo. Torino: Einaudi, 2023.
- GARCIA, Fernanda Di Flora; ZUIN, João Carlos S. Corpos que ameaçam, corpos instrumentalizados: raça e gênero no debate público sobre imigração na Itália. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 26, n. 50, 2021. DOI: 10.52780/res.13446.
- IGNAZI, Piero. *Partiti politici in Italia: da Forza Italia al Partito democratico*. Bolonha: Il Mulino, 2008.
- ILLOUZ, Eva. *Les émotions contre la démocratie*. Paris: Premier Parallèle, 2022.

- ILLOUZ, Eva. *Modernità esplosiva*. Il disagio della civiltà delle emozioni. Torini: Einaudi, 2024.
- LE BON, Gustave. *Psychologie des foules*. Paris: Librairie Félix Alcan Editeur, 1919.
- MARCHI, Riccardo. Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo della Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália. *Análise Social*, [s.l.], v. XLVI (201), p. 697-717, 2011.
- MASTROPAOLO, Alfio. *La mucca pazza della democrazia*. Nuove destre, populismo, antipolitica. Torino: Bollati Boringhieri, 2005.
- MELONI, Giorgia. *Io sono Giorgia*. Le mie radici, le mie idee. Milano: Rizzoli/Mondadori Libri, 2021. (ebook)
- MELONI, Giorgia. Una grande Giorgia Meloni interviene a Marbella, in Spagna, insieme ad Abascal e agli amici di Vox. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2sJ_4UNhocU. Acesso em: 12 jan. 2023.
- MELONI, Giorgia. *Discorso alla Camera*, 23 out. 2022. Disponível em: <https://www.governo.it/articolo/ledichiarazioni-programmatiche-del-governo-meloni/20770>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- MOVIMENTO SOCIALE ITALIANO. *Circolare settimanale*, Roma, n. 11, Maggio 1947.
- MOVIMENTO SOCIALE ITALIANO. *Progetto elettorale 1963*. Disponível em: <https://patrimonio.archivio.senato.it/inventario/scheda/movimento-sociale-italiano-msi/IT-AFS-049-000063/attivita-del-partito-1963#lg=1&slide=24>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- MOUNK, Yascha. The Corrosive Legacy of Silvio Berlusconi. *The Atlantic*, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2023/06/silvio-berlusconi-death-legacy/674370/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- NADEAU, Barbie Latza. Femme fascista: how Giorgia Meloni became the star of Italy's far right. *World Policy Journal*, [s.l.], n.35, v.2, pp.14-21, 2018.
- PUAR, Jasbir. Repensar el homonacionalismo. *Revista Internacional de Estudios de Oriente Medio*, [s.l.], v. 45, n. 2, p. 336-339, 2013.
- SARTORI, Giovanni. *Homo videns*. La sociedad teledirigida. Madrid: Tauros, 1998.
- TARCHI, Marco. *Italia populista*. Dal qualunquismo a Beppe Grillo. Bologna: Il Mulino, 2015.
- TARCHI, Marco. (org.) *Anatomia del populismo*. Napoli: Diana Editorial. Bologna: Il Mulino, 2019.
- TARCHI, Marco. Fratelli d'Italia: neo-fascist heritage, populism and conservatism. *Fondation pour l'innovation politique*, march 2024.
- TWENGE, Jean Marie; CAMPBELL, William Keith. *The Narcissism Epidemic: Living in the Age of Entitlement*. New York: Atria Books, 2010.
- URBINATI, Nadia. *Io, il popolo: Come il populismo trasforma la democrazia*. Bologna: Il Mulino, 2020.

Fernanda Di Flora – Professora Adjunta de Sociologia da Universidade Tecnológica do Paraná, Campus Londrina. Doutora e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Autora do artigo *A exceção é a regra: os centros de detenção para imigrantes na Itália*, REHMU, 2014.

João Carlos Soares Zuin – Professor de Sociologia da Universidade Estadual Paulista, Campus Unesp. Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Autor do artigo *A linguagem política na era digital: o populismo de Matteo Salvini na Itália*. *MEDIAÇÕES*, v. 26, p. 146-166, 2021.

“GOD, HOMELAND AND FAMILY”: Giorgia Meloni and emotional politics as a strategy of the italian far right

Fernanda Di Flora
João Carlos Soares Zuin

The article analyzes the rise of Giorgia Meloni as the main leader of the Italian far right, emphasizing the articulation between female protagonism and traditional conservatism, grounded in the defense of family, Christianity, and the rejection of what is interpreted as the cultural “degeneration” of globalized modernity. It examines the political transformation process that began in the 1990s, marked by party reconfiguration and the emergence of new actors employing populist strategies based on narratives and emotional appeals. Meloni’s trajectory, from the Italian Social Movement to the creation of the Brothers of Italy party, highlights the construction of a combative and communicative leadership that promotes the symbolic feminization of the party without altering its conservative foundations, reinforcing exclusionary policies and processes of democratic erosion.

KEYWORDS: Giorgia Meloni. Far-Right. Gender. Conservatism.

“DIOS, PATRIA Y FAMILIA”: Giorgia Meloni y la política emotiva como estrategia de la extrema derecha italiana

Fernanda Di Flora
João Carlos Soares Zuin

El artículo analiza el ascenso de Giorgia Meloni como principal líder de la extrema derecha italiana, destacando la articulación entre protagonismo femenino y conservadurismo tradicional, basado en la defensa de la familia, del cristianismo y en el rechazo de lo que se interpreta como “degeneración” cultural de la modernidad globalizada. Se examina el proceso de transformación política iniciado en los años noventa, marcado por la reconfiguración partidaria y la emergencia de nuevos actores que emplean estrategias populistas sustentadas en narrativas y apelaciones emocionales. La trayectoria de Meloni, desde el Movimiento Social Italiano hasta la creación del partido Hermanos de Italia, evidencia la construcción de un liderazgo combativo y comunicativo que promueve la feminización simbólica del partido sin alterar sus bases conservadoras, reforzando políticas excluyentes y procesos de erosión democrática.

PALABRAS CLAVE: Giorgia Meloni. Extrema derecha. Género. Conservadurismo.